



O LUGAR DO TERRITÓRIO DAS ESPIRITUALIDADES NAS DISCUSSÕES CONCEITUAIS

Camila Pohl Frohlich, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer algumas discussões conceituais para pensar o território a partir da Nova Era, um fenômeno religioso/espiritual que tem ganhado notoriedade nas últimas décadas, no contexto global, similar a outros fenômenos que surgem na contemporaneidade. A primeira impressão é de que não nos cabe trabalhar com o conceito de território quando temos em vista a qualidade, em certa medida, efêmera, mutável e inconstante deste movimento espiritual. De fato, um dos questionamentos que ocorreram nesta pesquisa foi o de como utilizar o conceito de território para um fenômeno que é desterritorializado por natureza? A pesquisa apontou que o uso do termo território ainda causa estranheza para algumas áreas disciplinares. Portanto, o artigo apresenta uma aproximação mais genérica ao uso do termo território e explora algumas definições importantes que orbitam na sua abordagem simbólico-significativa. Finalmente, utilizando-se de um olhar ao fenômeno Nova Era, entendemos que é possível utilizar o território enquanto sustentáculo teórico nesta temática uma vez que não se destitui um território na medida em que se movimenta dentro dele próprio, dentro dos limites de sua “definição”; se movimenta dentro da Nova Era, no interior de suas vastas possibilidades. Logo, o território não se destrói no trânsito ou pouso transitório dos indivíduos durante suas buscas espirituais porque ele ainda permanece orientado e constituído por um contexto funcional Nova Era. As tessituras apresentadas são problematizações ainda preliminares que surgiram no percurso da busca de sustentáculos para o problema da tese de doutorado em Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Espiritualidades. Nova Era. Multiterritórios. Território.



Introdução

A Nova Era se insere em um contexto contemporâneo de novas formas de vivências das espiritualidades onde as buscas, transformações e respostas localizam-se no “aqui e agora”, no próprio tempo cronológico das vivências no plano mundano. Percebe-se, neste sentido, a interlocução com religiões de mistérios, esoterismo, ocultismo e misticismo, com conhecimentos científicos (tais como física quântica), ecologismos, entre tantas outras influências plurais e rivais que se misturam, se cruzam e se interpelam.

Considerando o conceito elaborado por Leila Amaral, entendemos por Nova Era as crenças, as práticas, os valores (religiosos ou não), que contam com a possibilidade de “transformar, estilizar, desarranjar ou rearranjar elementos de tradições já existentes [...] para apresentá-los como metáforas provocativas de determinadas sensações ou visões, em um determinado momento e segundo determinados objetivos” (AMARAL, 2003, p. 48).

Nesta complexidade, os indivíduos criam suas próprias composições espirituais de modo que seus próprios valores, enquanto seres humanos e sociais que são, vão sendo continuamente construídos, tolhidos e materializados na vida cotidiana a partir de representações buscadas nas suas próprias experiências espirituais. Trata-se, assim, de uma contínua busca ao autoconhecimento, e, portanto, de transformação dos indivíduos.

Similar a outros fenômenos que aparecem na contemporaneidade, a primeira impressão que temos é de que não nos cabe trabalhar com o conceito de território quando temos em vista a qualidade, em certa medida, efêmera, mutável e inconstante dos fenômenos contemporâneos. A pesquisa realizada para desenvolver o estado da arte já havia apontado: de que o uso do termo território ainda é estranho para algumas áreas disciplinares. Entendemos que o uso deste conceito é fundamental para construções científicas independente da área acadêmica. Pensando nisso, pretendemos contribuir com uma introdução esclarecedora junto ao capítulo seguinte, intitulado “Território: discussões preliminares”.

Entretanto, cabe destacar que não pretendemos realizar densas construções. Ao contrário, queremos trilhar um percurso leve, que permita uma visão mais clara do uso do termo território independente do campo disciplinar do leitor.

Em primeira vista pode parecer que as publicações que contenham problematizações mais sumárias sobre a temática não tenham condições de acrescentar novidades. Entretanto, o conceito é polissêmico, fato que torna o entendimento mais complexo - ainda que na



Geografia. E, quando adentramos em outros campos disciplinares, as confusões são acentuadas.

Tendo em vista esta polissemia do conceito, no capítulo seguinte, intitulado “Território na perspectiva simbólico-afetiva: o processo de desterritorialização / reterritorialização” irá assentar nossa abordagem em uma conceituação afetiva do território; no sentido de se constituir de um sentido simbólico-significativo. Este viés de abordagem é demandado para diversos campos disciplinares das ciências humanas, permitindo, assim, algumas exposições peculiares que não são encontradas em outras linhas de pensamento.

A partir destas exposições, adentramos em discussões para pensar a constituição dos territórios na contemporaneidade, discursadas no capítulo “Território das espiritualidades: uso contraditório do termo?”. Finalmente, junto ao último capítulo, compartilhamos algumas reflexões finais.

Território: discussões preliminares

Apesar de inserida no campo de estudos do desenvolvimento regional e territorial, a proposta deste capítulo também pretende contribuir em outras áreas do conhecimento, especialmente à ciência e à sociologia da religião, as quais buscamos o objeto de análise para a pesquisa: o fenômeno Nova Era.

Tendo em vista a interdisciplinaridade da nossa abordagem e com o intento de que as construções discursivas sejam entendíveis em qualquer campo disciplinar do leitor, compreendemos ser necessário traçar um caminho esclarecedor acerca do conceito território, elementar à Geografia mas, indispensável também para outras áreas do conhecimento.

A sua conceituação pode assumir múltiplos sentidos e, apesar de engendrar relações com o espaço (físico/material, delimitável e cartografável), a ideia que constitui o uso do termo território é um tanto mais ampla e complexa.

Não podemos desprezar que o conteúdo dos conceitos, inevitavelmente, se altera no transcorrer dos tempos, acompanhando as transformações que atravessam o mundo. Neste caminho, o conceito de espaço já foi central no âmbito das construções teóricas da geografia brasileira, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980 (Saquet, 2007), progressivamente cedendo notoriedade ao uso do conceito território. Não se trata de alegar uma “passagem” de espaço para território, mas antes, de uma transformação na abordagem que muito provavelmente não deve ter sido acompanhada por outros campos disciplinares.



Não raro, encontramos publicações em que o uso encontra-se deslocado do sentido, muito associado, ainda, ao conceito de espaço cartográfico. Entretanto, Haesbaert (2009, p. 105) faz uma ressalva:

... não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira [...] rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada [em Raffestin]) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo [...], e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial.

Na geografia brasileira é sobretudo a partir da obra de Milton Santos, intitulada “O espaço do cidadão (1987)”, que território passa a assumir timidamente notoriedade, em substituição de espaço (Moraes, 2013). Porém, somente com o amadurecimento das suas construções em obras posteriores é que este geógrafo difunde o conceito de território usado (Santos, 1994; Santos e Silveira, 2006) e passa a estimular teórica e epistemologicamente propostas metodológicas orbitando neste conceito de forma mais analítica.

Por conta de sua polissemia, o conceito pode ser trabalhado em distintas vertentes e abordagens teóricas e, embora reconheçamos a relevante contribuição intelectual de Milton Santos, entendemos se tratar de uma abordagem sobretudo estruturalista, motivo pelo qual não sustenta a linha de pensamento que pretendemos trabalhar.

Em nosso entendimento, os esforços em interpretar de forma mais isolada a adjetivação (usado) dada ao substantivo território pode denotar apropriação em um sentido mais interacional, entretanto, no seio do sistema teórico construído durante a evolução do pensamento do autor (Milton Santos) perceberemos que se trata muito mais de um uso (do território) a partir de estruturas que o definem e o tipificam. Em outras palavras, nos parece que o meio técnico-científico-informacional é definidor dos usos que se dá aos territórios, justificando a nossa estadia em outros caminhos teóricos.

Gros (2017, 764) explica a visão da sociologia compreensiva de Weber que mantemos o compromisso teórico nesta investigação: “los actores sociales actúan de tal o cual manera —produciendo y reproduciendo tal o cual formación social— porque están significativamente motivados a hacerlo de ese modo, y no porque reaccionen mecánicamente a estímulos físico-químicos o a determinaciones socio-estructurales.”



Então, se ao território podemos delegar diversos significados, Haesbaert e Limonad (1999) distinguem três abordagens conceituais sobre as quais é possível conduzir e amparar os estudos que pautam-se desta temática, transitando por dimensões jurídico-política, econômica ou cultural. Entretanto, Haesbaert (2012) alerta sobre a importância de inserir uma perspectiva integradora, multidimensional, ao estudar territórios.

Sem deslegitimar aquela assertiva, Corrêa (1996, p. 251 - 252) apresenta a possibilidade da existência de duas dimensões que podem ou não se combinar; são elas as dimensões política e afetiva.

Etimologicamente, território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido, o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica.

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido, o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentidos e simbolismos atribuídos aos lugares [...]. Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Os dois significados podem, contudo, combinar-se, definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente.

Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. [...]

Há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio.

O presente estudo, portanto, encontra-se localizando em uma conceituação afetiva do território; no sentido de se constituir de um sentido simbólico-significativo. Neste caminho, tentaremos construir um diálogo com alguns autores dos quais nos permitirão trilhar um caminho conceitual ao encontro do nosso objetivo temático e, para tal, nos amparamos sobremaneira na construção filosófica de Deleuze e Guattari. Segundo aqueles autores,

A noção de território (...) é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um



sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Esta noção abre espaço para diversas possibilidades de se perceber o território, de olhá-lo; e, conseqüentemente, de construí-lo conceitualmente. Consideramos que o território se constitui de dentro para fora, por um imaginário social, um sistema compartilhado de representação das ações de determinado grupo ou coletivo social. Já o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Stürmer & Costa (2017, p.52) mencionam que, desta maneira, “um pré ou prototerritório se configura apoiado no campo representacional, imaginário, ideacional, o que auxilia na referida forma de apropriação”. No caminho deste sistema de representação que os desejos e projetos dos sujeitos humanos se afirmam e, conforme nos alerta Haesbaert (2013, p. 808), território “se trata sempre de “dimensões”, nunca de “estruturas””.

Território na perspectiva simbólico-afetiva: o processo de desterritorialização / reterritorialização

“Uma das especificidades da leitura que podemos denominar latino-americana sobre o território está ligada ao fato de que ela parte da esfera do vivido, [...], compreendendo também um expressivo valor simbólico” (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Neste caminho que o território, trabalhado a partir da perspectiva simbólico-afetiva, é aquilo que ele emana de dentro de si, a sua própria essência; é o que ele significa na consciência daqueles indivíduos que compartilham de um mesmo sistema de materialização de determinado modo de viver.



Assim, sendo, um indivíduo sozinho não constrói um território e é necessário que haja uma relação mútua de agenciamentos coletivos de enunciação e de agenciamentos maquínicos de corpos (Deleuze e Guattari, 1995).

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade. Aqui é importante lembrar que, tal como na não dicotomização geográfica entre Natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades (HAESBAERT & BRUCE, 2002, s/p). Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados [...]. [...] não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (HAESBAERT & BRUCE, 2002, s/p).

Estes agenciamentos configuram o processo de territorialização que, por sua vez, caracteriza a constituição de um território em vista da destituição de outro. Portanto, nos remete ao par desterritorialização/reterritorialização, que são processos concomitantes e indissociados, representando o fim de um território em contrapartida à criação de outro (Deleuze e Guattari, 1997).

Para tanto, os agenciamentos maquínicos de corpos vão territorializar elementos constituindo as formas e estéticas diversas no interior de um mesmo território, uma vez que se fazem dos encontros e das experiências a partir de uma multiplicidade biográfica dos indivíduos, no próprio movimento criativo/produutivo no interior do território; representam a sua própria geograficidade. Por outro lado, os agenciamentos coletivos de enunciação vão qualificar este território, emanando o significado de sua criação, existência e permanência; está vinculado à essência dele mesmo.

Aqueles primeiros (agenciamentos maquínicos de corpos) são mais visíveis pois se apresentam na cotidianidade das ações, ou seja, na criação, na repetição e na manutenção de hábitos, mas também na mudança destes. Ao mesmo tempo em que buscam referências, também as exalam através dos agenciamentos coletivos de enunciação. Assim, eles se percorrem mutuamente; entretanto, nesta relação de interpelação mútua, são os agenciamentos coletivos de enunciação que “fixam atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los, precipitá-los, retardá-los, etc” (HAESBAERT & BRUCE, 2002, s/p).



A construção de territórios simbólicos corresponde a uma necessidade existencial de socialização dos indivíduos; quando aquele passa do sujeito individual para um ser social por meio da partilha, da compactuação de determinados símbolos e representações, das inter-relações, bem como, da afirmação de suas distinções com outros atores sociais. Neste caminho, o território é o espaço no qual se produzem modos de ser e de agir, formas particulares de compartilhamento de referências existenciais. Portanto, torna possível a existência paralela de múltiplos territórios, sejam eles em articulação, sobreposição, superposição, co-existência ou em combinação.

A existência de um território não torna exclusividade ou prisão de um determinado grupo social. Os sujeitos humanos irão transitar incomensuravelmente em outros territórios, os quais Haesbaert (2012) denomina por múltiplos territórios. Este movimento através dos múltiplos territórios Deleuze e Guattari chamam de des-reterritorializar-se: “É uma des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado”, nos explicam Haesbaert & Bruce (2002, s/p).

Os múltiplos territórios que Haesbaert (2012) se refere possuem vasta referência. Ou seja, um mesmo indivíduo assume diversos modos existenciais durante o seu dia, des-reterritorializando-se inúmeras vezes. Assim, circulará e transitará por múltiplos outros territórios, os quais não se limitarão aos territórios afetivos. Reiterando a citação de Corrêa (1996, p. 251 - 252), lembremos que:

Há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio.

Seja o time de futebol, a escola, o trabalho, o encontro familiar, ou mesmo em territórios mediados pela tecnologia, tais como em espaços virtuais, a multiterritorialidade é um elemento a se considerar nos estudos contemporâneos que trazem o território enquanto conceito-chave. Haesbaert (2004, s/p) nos explica:

A realização da multiterritorialidade contemporânea [...] envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes [...] são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de



redes de conexão (numa escala mais ampla). A partir daí se desenham também diferenciações dentro da própria dinâmica de “multiterritorialização”.

Portanto,

sob as dinâmicas globalizadoras envolvendo constante mobilidade de toda ordem, geralmente territorializar-se significa, de algum modo, integrar-se nesse fluxo de conexões globais, e quem está “fixo” ou não participa de forma mais ativa desses fluxos (sem opção de mudança) pode acabar perdendo o controle sobre suas bases territoriais de reprodução e referência (HAESBAERT, 2012, p. 255).

Fuini (2017, p. 21) faz referência a citação de Haesbaert esclarecendo que pensar território na contemporaneidade inegavelmente deve fazer referência a “formas de apropriação social do espaço (territorialidades) mais flexíveis, mutantes e em rede”. Todavia, de acordo com Haesbaert (2012), a maior ou menor mobilidade dos sujeitos está atrelada às suas possibilidades individuais colocadas pelas dimensões social, econômica, biológica.

Território das espiritualidades: uso contraditório do termo?

Então, falar em território das espiritualidades (ou território Nova Era) seria mesmo contraditório? Parece incoerente adjetivar um território com um fenômeno que é desterritorializado por natureza; todavia, destacamos que ele é desterritorializado em relação aos seus elos em conhecimentos rivais e múltiplos, em relação ao seu movimento interno. Em outros termos, os agenciamentos maquínicos de corpos territorializam-se por meio de ações que são despojadas de seu solo geográfico e sociocultural de origem e reterritorializadas, recombinadas, com novos significados.

Portanto, mesmo que pareça se tratar de um equívoco, nos sustentamos em Haesbaert (2004 e 2012) para afirmar que é possível, sim, falar em “território Nova Era” quando trabalhamos em uma abordagem simbólico-afetiva, especialmente, na modernidade contemporânea, entendendo esta última enquanto desígnio de uma sociedade altamente caracterizada pela possibilidade de articulações espaço-temporais (relações e deslocamentos) (Haesbaert, 2012).

Assim, entendemos que não se destitui um território na medida em que se movimenta dentro dele próprio porque se movimenta dentro dos limites de sua “definição”; se movimenta



dentro da Nova Era, no interior de suas vastas possibilidades. Logo, o território não se destrói no trânsito ou pouso transitório dos indivíduos durante suas buscas espirituais porque o território ainda permanece orientado e constituído por um contexto funcional Nova Era.

É claro que os distintos objetivos dos trabalhos de pesquisa podem, sem dúvidas, residir em análises que demandem escalas ou recortes espaço-temporais bem delimitados; nestes casos, o movimento interno pode lhes interessar.

O que queremos dizer é que para trabalharmos este território simbólico, nossa “escala” é a consciência: uma consciência multiterritorializada, porém, delimitada por uma lógica de valores (agenciamentos coletivos de enunciação). Por mais que seja uma característica do subjetivo do indivíduo, ela se insere nos acordos de grupos sociais, bem como em um mundo de informações e realidades multiescalarmente compartilhadas, fluidas, em rede.

Assim, os multiterritórios pelo qual os sujeitos humanos transitam no seu dia-a-dia possibilitam novas, outras e diferentes experiências mundanas, positivas e negativas, provocando questionamentos internos ao mesmo tempo em que apresenta outras possibilidades de existência, de modos de vida, inclusive apresentando laços de solidariedade, de apoio e segurança existencial no sentido afetivo do termo. A segurança de comungar valores convergentes é um convite para estabelecer-se em um território, principalmente em tempos como os atuais, de intolerâncias, guerras e crises.

Enquanto os indivíduos afirmarem-se na Nova Era estarão engajando-se na manutenção deste território, ainda que, por outro lado, tenhamos sujeitos apenas circulando por este espaço, sem engajamento com o território que se constitui. Portanto, além de vetores de saída, os territórios também comportam vetores de entrada, seja pela possibilidade de circulação ou da re-territorialização, per se.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Portanto, os agenciamentos maquínicos de corpos se encarregam de dar visibilidade, materialidade ao “novo” território em que se reterritorializam os sujeitos, mas são os



agenciamentos coletivos de enunciação que estarão propiciando a referência para aqueles indivíduos na construção de uma realidade para se situar existencialmente no mundo.

Considerações finais

O território Nova Era se constitui pela desterritorialização de sujeitos humanos em outros territórios que, por algum motivo (ou uma sequência de motivações) possuem uma racionalidade que se conflita com o subjetivo destes mesmos indivíduos. Como resultado, apresenta-se uma reterritorialização que, dentre outras possibilidades, tem a opção de “pouso” em um território Nova Era.

O que se observa nas experiências espirituais vinculadas à Nova Era é o trânsito em diferentes conhecimentos e em diferentes experiências que são individualmente interpretados e significados. Logo, permitem a criação de outras espiritualidades, outras experiências espirituais, mas também, cartografam sua trajetória, disseminando conhecimentos quando os territorializam na forma das mais variadas ações.

Portanto, o território das espiritualidades, de uma forma mais geral, vai apresentar contornos definidos por sua natureza, mas não estará impondo limites rígidos. E apesar da Nova Era se estabelecer mundialmente, não constitui uma unidade homogênea de conhecimento uma vez que a sua presença, combinações e arranjos são expressões da construção social de cada local/região, motivo no qual se traz a temática para o campo do desenvolvimento regional.

Neste caminho, a constituição do território político brasileiro é composição *suis generis* da diversidade. A multiplicidade de etnias, costumes, religiões, biomas e classes sociais exerce influência no modo de apropriação de cada região e no contexto histórico-cultural das sociedades. Portanto, implica na própria dinâmica de como os elementos globais, externos, são territorializados / interiorizados a partir de referências construídas no espaço/tempo concreto das experiências.

Inserida na definição mais geral de território simbólico, a Nova Era enquanto representação das ações no território introduz formas múltiplas de resistência e alteridade, de aceitação e preservação do diferente. Neste contexto hostil de inseguranças, incertezas diante de um pluralismo e de heranças hegemônicas fortemente engendradas por grandes narrativas religiosas e colonialistas, todo esforço em romper com padrões e incentivar a heterogeneidade dos territórios é uma dádiva.



Referências:

AMARAL, Leila. Um Espírito sem Lar: sobre uma dimensão “nova era” da religiosidade contemporânea. In: AMARAL, L. et al. Circuitos infinitos: Comparações e religiões no Brasil, Argentina, Portugal, França e Grã-Bretanha. Organização e introdução: Otávio Velho. São Paulo: Attar, 2003. p.19-60.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). Território: globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec: 1996. p. 251- 256.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 1995. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. 1997. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29.

GROS, Alexis Emanuel. Alfred Schütz, sociólogo compreensivo: revisitando la lectura schutziana de Weber. Revista Mexicana de Sociología 79, núm. 4 (octubre-diciembre, 2017): 755-784.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. Niterói, Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020. p. 75-90.

_____. Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade. Porto Alegre: s. ed, 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.



_____. De espaço e território, estrutura e processo. *Economía, Sociedad y Territorio* [en línea]. 2013, XIII(43), 805-815. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11127581009>>. Acesso em: 14 nov 2020.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, M. e Sposito, E. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, São Paulo, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, GLAUCO. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*: v. 4 n. 7 (2002). Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>>. Acesso em 29 out. 2019.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *GEO UERJ: Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ*: 1999. n. 5, p. 7-19. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território na geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STÜRMER, Arthur Breno; COSTA, Benhur Pinós da. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21 (2017), n.3, p. 50-60.